



DIÁLOGO MULTISSECTORIAL SOBRE MINERAÇÃO ARTESANAL NO NIASA

*FORMALIZAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL*

23 DE SETEMBRO DE 2026
LICHINGA, PROVÍNCIA DO NIASA

Parceiro:



1. ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO

Em Moçambique, o debate sobre o sector mineiro continua muito centrado nos grandes investimentos, nas exportações e nas receitas do Estado. Esta abordagem deixa frequentemente em segundo plano a mineração artesanal e de pequena escala, apesar de ser uma importante fonte de rendimento para milhares de famílias, sobretudo nas zonas rurais.

O Censo de Mineradores Artesanais de 2021 identificou 229.680 operadores e estimou em 806.957 o número de pessoas envolvidas na cadeia de valor da actividade. Para cerca de três quartos dos operadores, a mineração representa a principal fonte de rendimento. Estes dados confirmam que a mineração artesanal tem um peso significativo nas economias locais e no sector mineiro nacional.

No Niassa, esta actividade constitui uma alternativa de subsistência para muitas famílias, num contexto de desemprego, pobreza e limitada diversificação económica. Contudo, grande parte dos operadores permanece fora dos mecanismos formais de licenciamento, fiscalização e comercialização.

A informalidade não resulta apenas do incumprimento da lei. Muitos operadores enfrentam dificuldades no acesso às licenças, às áreas mineiras, ao financiamento, à assistência técnica, a tecnologias adequadas e aos mercados formais. A formalização deve, por isso, ser acompanhada por medidas que permitam aos operadores exercer a actividade de forma legal, segura e sustentável.

A mineração artesanal também levanta questões importantes de direitos humanos, incluindo as condições de trabalho, a saúde e segurança, a exposição a substâncias perigosas, a degradação ambiental, os conflitos de terra e a vulnerabilidade das mulheres e dos jovens.

Na comercialização, a falta de informação sobre preços e mercados reduz o poder de negociação dos operadores. Como resultado, uma parte considerável do valor dos minerais é capturada fora das comunidades produtoras.

A actividade faz parte de uma iniciativa-piloto implementada pelo CDD com o apoio da Open Society Foundations e da Ford Foundation. A iniciativa procura trazer os operadores artesanais e as comunidades afectadas para o centro das discussões sobre governação dos recursos naturais, direitos humanos e desenvolvimento local.

O Diálogo reunirá, em Lichinga, autoridades provinciais e distritais, operadores artesanais, representantes das comunidades, sector privado, sociedade civil, academia, instituições financeiras e parceiros de desenvolvimento.

Mais do que apresentar discursos, pretende-se ouvir quem vive esta realidade, compreender os problemas concretos e construir soluções que possam ser aplicadas no Niassa. As recomendações serão integradas no trabalho do Grupo de Trabalho Provincial sobre Negócios e Direitos Humanos e encaminhadas às instituições competentes.





2. OBJECTIVOS

O Diálogo tem como objectivos:

- Promover uma discussão aberta sobre a formalização e a governação da mineração artesanal no Niassa;
- Dar voz aos operadores artesanais e às comunidades afectadas;
- Identificar formas de facilitar o acesso ao licenciamento, às áreas mineiras, ao financiamento, à tecnologia e aos mercados formais;
- Discutir medidas para melhorar as condições de trabalho, proteger os direitos humanos e reduzir os impactos ambientais;
- Analisar formas de tornar a comercialização mais transparente e assegurar uma distribuição mais justa dos benefícios;
- Clarificar as responsabilidades das autoridades públicas, do sector privado, da sociedade civil e dos operadores;
- Produzir recomendações práticas e definir formas de acompanhamento.

3. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que o Diálogo contribua para:

- Uma melhor compreensão da realidade da mineração artesanal no Niassa;
- Maior participação dos operadores e das comunidades nas discussões sobre o sector;
- Identificação de medidas concretas de apoio à formalização;
- Recomendações sobre licenciamento, financiamento, tecnologia, direitos humanos, ambiente e comercialização;
- Inclusão da mineração artesanal na agenda do Grupo de Trabalho Provincial sobre Negócios e Direitos Humanos;
- Definição de responsabilidades e mecanismos de seguimento;
- Recolha de experiências para orientar as próximas fases da iniciativa-piloto.

4. FORMATO E METODOLOGIA

O Diálogo terá a duração de um dia e decorrerá presencialmente, na cidade de Lichinga. A metodologia será participativa, dando prioridade às experiências e propostas dos operadores artesanais e das comunidades.



PROGRAMA DO DIA

HORA	ACTIVIDADE	RESPONSÁVEL
08h45 – 09h15	Boas-vindas e Registo dos Participantes	Secretariado do CDD
09h15 – 09h45	Sessão de Abertura <i>Notas de boas-vindas e abertura oficial do evento</i>	• André Mulungo – Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) • Representante da Assembleia Provincial do Niassa Abertura Oficial • Sua Excelência Silva Fernando Livone – Secretário de Estado na Província do Niassa
09h45 – 11h30	PAINEL I – Mineração Artesanal no Niassa: entre a sobrevivência das comunidades e a presença do Estado O painel discutirá a realidade da mineração artesanal na província, as razões que levam as comunidades a recorrer à actividade, os desafios de acesso ao licenciamento, a presença das instituições nos locais de mineração e a relação entre mineradores, comunidades, autoridades locais e Estado. A discussão deverá procurar responder a uma questão central: o que está a impedir que a mineração artesanal seja reconhecida e organizada como uma actividade económica local?	○ Direcção Provincial de Recursos Minerais e Energia ○ INAMI ○ Governo de um distrito do Lago ○ Autoridade Tributária ○ Associação de Mineradores Artesanais do Niassa ○ Líder comunitário da zona de Lupilichi ○ André Mulungo - Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD)



HORA	ACTIVIDADE	RESPONSÁVEL
11h30 – 13h00	PAINEL – Mineração Artesanal, Gestão Ambiental e Desenvolvimento das Comunidades do Niassa Discussão aberta sobre os impactos da mineração na água, terras agrícolas, florestas e meios de subsistência. Serão igualmente discutidas cavas abandonadas, recuperação das áreas degradadas, segurança dos trabalhadores e responsabilidade dos diferentes actores.	• Direcção Provincial de Terra e Ambiente; • AQUA, I.P. (Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental) • Serviços Distritais do Lago; • Organização da Sociedade Civil para Área Ambiental; • Universidade Rovuma – Extensão de Lichinga
13h00 – 13h10	Palavras de Encerramento	• André Mulungu – Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD)
13h10 – 14h00	ALMOÇO	Todos

